



DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018

Rejeita as Contas do Poder Executivo Municipal de Alto Paraná, Exercício Financeiro de 2013.

A Câmara Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, aprovou e eu, presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Rejeita as Contas do Poder Executivo Municipal de Alto Paraná, Exercício Financeiro de 2013, Processo nº 44525252/16 – Recurso de Revista, Acórdão de Parecer Prévio nº 408/2017 – Tribunal Pleno, de 10 de agosto de 2017.

Art. 2º A decisão do Poder Legislativo, em rejeitar as Contas do Município – Exercício de 2013, justifica-se nos termos do Parecer da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, datado de 15 de fevereiro de 2018 e aprovado por seis votos a três, em 6 de março de 2018, no qual ficaram comprovadas as seguintes ações e ou omissões do município em:

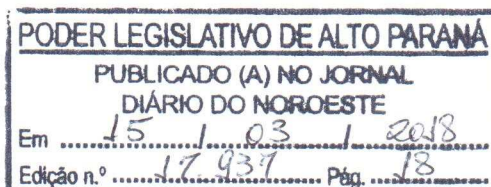
I - manter terceirização de serviços contábeis, ininterrupta, de forma contrária ao Prejulgado nº 6, de 2008 do TCE – PR, situação apontada nos Acórdãos de Parecer Prévio nº 102/2016, da Primeira Câmara, que decidiu pela Irregularidade das Contas – Exercício de 2013 e Acórdão de Parecer Prévio nº 389/14, de 9 de setembro de 2014, que Aprovou as Contas de 2012, com Ressalva e Recomendações;

II - firmar os Contratos e Aditivos referentes à terceirização de serviços contábeis: Contratos nºs 38/2009, assinado em 23 de março de 2009; Contrato 141/2009, assinado em 11 de setembro de 2009; Contrato nº 060/2011 – assinado em 20 de abril de 2011; Contrato nº 10/2013, assinado em 1º de março de 2013; Contrato nº 74/2014, assinado em 18 de junho de 2014; Contrato nº 95/2015, assinado em 18 de novembro de 2015, com três termos aditivos e vigência até 17-11-2018; todos os contratos foram assinados pelo mesmo Gestor com a mesma Pessoa Física e ou Jurídica;

III - não realizar concurso público para provimento do cargo efetivo de Contador, Criado pela Lei nº 3/1954; (Lei Nº 1.578/2002 – uma vaga - Contador, 40h/s, vencimento inicial Nível 81; lei atualizada pela Lei Nº 2.980//2017 – vencimento Nível 81, R\$ 4.366,85);

IV – manter a Contabilidade do Município sob a responsabilidade de servidor efetivo do cargo de Técnico Contábil (Lei nº 1.578/2002 – uma vaga – Técnico Contábil, 40h/S, vencimento inicial Nível 60; lei atualizado pela Lei nº 2.980//2017 – vencimento Nível 60, R\$ 2.599,96);

V - contratar serviços terceirizados, (exercício de 2013 – R\$ 4.900,00 mensais), serviços realizados por profissional com formação em “Técnico Contábil”, servidor municipal aposentado; valor superior aos vencimentos pagos ao servidor efetivo, responsável pela Contabilidade, na função de Técnico Contábil, (exercício de 2013 – Vencimento mais quinquênio - R\$ 2.199,14 mensais);





VI - não atender à Recomendação do TCE – PR, expressa no Acórdão de Parecer Prévio nº 389/14, Contas Exercício de 2012, referente a realização de concurso público para contratação de Médicos Plantonistas;

VII - contratar médicos, pessoas jurídicas, para realizar perícias médicas, sendo os mesmos médicos que já prestavam serviços como médicos plantonistas e atuavam no Programa Médico da Família;

VIII – contratar serviços de assessoria e ou consultoria, utilização de recursos financeiros dos Cofres Públicos, sem garantir, efetivamente, o objeto do Contrato nº 114/2011: elaboração de plano de cargos, carreira e salário dos servidores, elaboração da estrutura administrativa do município, revisão na legislação, elaboração de quadro demonstrativo das possibilidades de progressão funcional, confecção de minuta de projeto do plano de cargos e assessoria para o enquadramento dos servidores, quando da implantação do plano de cargos. No exercício de 2013, quando questionado pelo Poder Legislativo, o Gestor Municipal informou que as providências estavam em andamento.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, 12 de março de 2018.

Victor Hugo Razente Navarrete
Presidente